CAPÍTULO DO LIVRO – ENTRE ALGORITMOS, EDUCAÇÃO E SAÚDE: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A CIÊNCIA, A INOVAÇÃO E A PRÁTICA - PUBLICADO POR: EDITORA MANUAL
ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

CAPÍTULO 5

O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL) COMO ESTRATÉGIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA NO BRASIL

DOI DO CAPÍTULO: 10.29327/5944637.1-5

Paulo Sérgio Alves de Paiva 1
https://lattes.cnpq.br/2803304295870069

Vanessa Auer Braga 2
http://lattes.cnpq.br/0980282377963301

Hildemária Lopes de Araújo 3
http://lattes.cnpq.br/2718425561466526

Odenilza Alves Herculano 4
http://lattes.cnpq.br/6615254702222682

Sabrina Nunes Oliveira 5
https://lattes.cnpq.br/9384646269186387

Débora Lorranne Xavier dos Santos
https://orcid.org/0009-0004-4886-9482

RESUMO

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) constitui uma política pública voltada à ampliação do acesso ao livro, à leitura e à literatura, articulando ações relacionadas às bibliotecas, à formação de leitores, à mediação e à valorização da cultura escrita. Este estudo tem como objetivo analisar o PNLL como estratégia para a democratização do acesso à leitura no Brasil, considerando suas diretrizes, contribuições e desafios. Trata-se de uma revisão integrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, realizada entre julho e agosto de 2026. A busca foi realizada nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Directory of Open Access Journals (DOAJ), utilizando os descritores Plano Nacional do Livro e Leitura, PNLL, políticas públicas de leitura, democratização da leitura, acesso à leitura, formação de leitores e bibliotecas, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Foram considerados artigos científicos publicados entre 2022 e 2026 e documentos normativos relacionados às políticas nacionais de

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

livro, leitura e educação, resultando em uma amostra de 14 artigos científicos. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo. Os resultados indicam que a democratização da leitura depende de ações contínuas e articuladas, envolvendo ampliação do acesso aos livros, fortalecimento das bibliotecas, formação de leitores e mediadores, participação de diferentes agentes e consideração das desigualdades sociais e territoriais. Identificam-se, entretanto, desafios relacionados à descontinuidade das políticas, às desigualdades de acesso, à fragilidade das estruturas de leitura e à necessidade de maior articulação entre educação e cultura. Conclui-se que o PNLL constitui uma estratégia relevante para a democratização da leitura, mas sua efetividade depende da continuidade institucional, da cooperação entre os diferentes níveis de governo e da criação de condições concretas para a participação nas práticas de leitura.

Palavras-chave: Bibliotecas. Cultura escrita. Formação de leitores. Mediação. Políticas públicas.

ABSTRACT

The National Book and Reading Plan (PNLL) constitutes a public policy aimed at expanding access to books, reading and literature, articulating actions related to libraries, reader development, mediation and the appreciation of written culture. This study aims to analyze the PNLL as a strategy for democratizing access to reading in Brazil, considering its guidelines, contributions and challenges. This is an integrative review with a qualitative and exploratory-descriptive approach, conducted between July and August 2026. The search was carried out in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) Journals Portal and Directory of Open Access Journals (DOAJ), using the descriptors National Book and Reading Plan, PNLL, public reading policies, democratization of reading, access to reading, reader development and libraries, combined with the Boolean operators AND and OR. Scientific articles published between 2022 and 2026 and normative documents related to national book, reading and education policies were considered, resulting in a sample of 14 scientific articles. The data were submitted to content analysis. The results indicate that the democratization of reading depends on continuous and coordinated actions involving expanded access to books, strengthening of libraries, reader and mediator development, participation of different stakeholders and consideration of social and territorial inequalities. However, challenges remain regarding policy discontinuity, unequal access, weaknesses in reading infrastructure and the need for greater coordination between education and culture. It is concluded that the PNLL constitutes a relevant strategy for democratizing reading, but its effectiveness depends on institutional continuity, cooperation among different levels of government and the creation of concrete conditions for participation in reading practices.

Keywords: Libraries. Written culture. Reader development. Mediation. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) orienta ações para democratizar o acesso ao livro, à leitura e à literatura, fortalecer as bibliotecas, formar leitores e

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

ampliar os espaços e as práticas de leitura no Brasil. Suas diretrizes também articulam educação e cultura e buscam reduzir desigualdades no acesso aos bens culturais, compreendendo a leitura como direito de cidadania (Brasil, 2018).

A Lei nº 13.696/2018 institui a Política Nacional de Leitura e Escrita e estabelece a universalização do acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas como objetivos da política nacional (Brasil, 2018). O Decreto nº 12.166/2024 regulamenta essa política e organiza sua implementação, fortalecendo as ações públicas destinadas à promoção da leitura (Brasil, 2024). Em continuidade, a Portaria Interministerial MinC/MEC nº 12/2026 aprova o PNLL 2026–2036 e suas metas, estabelecendo um novo ciclo de planejamento para ampliar o acesso aos livros, fortalecer bibliotecas e promover a formação de leitores (Brasil, 2026). Nesse contexto, a democratização do acesso à leitura envolve um conjunto articulado de ações que contemplam as políticas públicas de leitura, o acesso ao livro e a formação de leitores, conforme sintetizado na Figura 1.

Figura 1 - Eixos estruturantes da democratização do acesso à leitura



Nota: Imagem produzida em 26 de agosto de 2026, utilizando o software Canva.
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

As políticas públicas de livro e leitura abrangem dimensões educacionais, culturais e sociais, exigindo articulação entre diferentes ações e instituições (Camillo e Castro Filho, 2022). Esse processo, entretanto, apresenta avanços e retrocessos, especialmente diante de descontinuidades e dificuldades na implementação das políticas de leitura (Santos e Gonçalves, 2023).

A formação de leitores depende de ações permanentes e articuladas às práticas educativas (França, 2022). Nesse contexto, a formação continuada de professores contribui para ampliar as práticas de incentivo à leitura no espaço escolar

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

(Ramos, 2025), enquanto as bibliotecas escolares constituem espaços importantes para democratizar o acesso à leitura literária (Sales e Paes, 2025).

A democratização da leitura também precisa considerar as características sociais e territoriais do país. Na Amazônia, as políticas de livro e leitura assumem importância para uma formação humanizadora e vinculada às realidades locais (Ribeiro e Zuin, 2025). A promoção da leitura também se relaciona à qualidade da educação e à sustentabilidade social, ampliando sua contribuição para a participação e o desenvolvimento dos sujeitos (Camillo, 2024).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) como estratégia para a democratização do acesso à leitura no Brasil, considerando suas diretrizes, metas, contribuições e desafios para a formação de leitores e a efetivação do direito à leitura.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Formação histórica da leitura e desigualdade de acesso

A leitura constitui uma prática histórica e social, cujas formas de produção, circulação e apropriação se modificam conforme as transformações culturais e educacionais de cada período (Cavallo e Chartier, 2002). Essa perspectiva permite compreender que as práticas de leitura não são uniformes, mas se relacionam às condições econômicas, culturais e educacionais que influenciam as possibilidades de diferentes grupos participarem da cultura escrita (Abreu, 2002).

No Brasil, essa dimensão histórica evidencia uma formação da cultura leitora marcada pela lentidão e pela desigualdade. Durante longo período, o acesso aos livros e à escolarização permanece concentrado entre grupos socialmente privilegiados, enquanto grande parte da população permanece afastada das instituições escolares e dos bens culturais escritos (Lajolo e Zilberman, 2019). A consolidação da leitura no país relaciona-se, assim, à expansão gradual da escolarização, da produção editorial e dos espaços destinados à circulação dos livros (Soares, 2004).

Essa expansão também depende das condições de produção e circulação do próprio livro, que envolvem autores, editores, impressores, distribuidores e leitores

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

(Darnton, 1989). A forma como esses agentes se articulam interfere na disponibilidade e na apropriação dos textos, contribuindo para compreender por que, em determinados contextos, os livros e as práticas de leitura permanecem mais acessíveis às camadas socialmente favorecidas (Chartier, 1999).

As políticas educacionais passam a desempenhar papel importante na redução das desigualdades de acesso à educação e à cultura escrita. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece entre suas diretrizes a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais e a melhoria da qualidade da educação (Brasil, 2014). Nesse processo, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) contribui para democratizar o acesso às fontes de informação e cultura e fomentar a leitura, por meio da avaliação e da disponibilização gratuita de obras didáticas e literárias às escolas públicas de educação básica (Brasil, 2017).

Com a expansão da escolarização, amplia-se o número de pessoas inseridas na cultura escrita, mas esse processo não significa, por si só, participação efetiva nas práticas sociais de leitura (Soares, 2004). O domínio da leitura ultrapassa, portanto, a capacidade de decodificar textos, pois envolve oportunidades concretas de utilizar a leitura e a escrita em diferentes situações sociais (Kleiman, 1995).

Essa compreensão aproxima a leitura de uma dimensão mais ampla da formação humana. Freire (1988) relaciona a leitura da palavra à leitura do mundo, atribuindo ao ato de ler uma dimensão crítica e social, enquanto Lajolo (1993) relaciona a leitura à compreensão da realidade e à formação do sujeito. Dessa maneira, as desigualdades históricas de acesso aos livros, à escolarização e aos espaços de leitura também repercutem nas oportunidades de formação cultural e participação social (Candido, 2004).

2.2 Da desigualdade histórica à necessidade de políticas públicas

A permanência dessas desigualdades demonstra que a formação de leitores não pode depender exclusivamente das condições econômicas ou das oportunidades individuais, uma vez que o acesso e a participação na cultura escrita também são condicionados pelos contextos sociais em que os sujeitos estão inseridos (Kleiman, 1995). O letramento, compreendido como prática social, pressupõe condições que

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

possibilitem a diferentes grupos utilizar a leitura e a escrita em suas experiências cotidianas (Soares, 2004).

Nesse processo, a escola, a biblioteca e os espaços de mediação assumem papel importante na aproximação entre sujeitos e livros (Petit, 2009). A leitura pode ampliar experiências, perspectivas e possibilidades de inserção social, sobretudo quando existem mediadores e ambientes que favorecem o contato com os textos (Sales; Paes, 2025). A democratização da leitura exige, portanto, não apenas a existência de livros, mas condições para que diferentes sujeitos possam acessá-los e participar efetivamente das práticas leitoras.

Candido (2004) defende o direito à literatura como uma necessidade fundamental da experiência humana, ultrapassando sua função exclusivamente escolar. Sob essa perspectiva, democratizar a leitura significa também assegurar que a literatura e os demais bens culturais escritos estejam disponíveis a diferentes grupos sociais (Ribeiro; Zuin, 2025).

Candido (2004) defende o direito à literatura como uma necessidade fundamental da experiência humana, o que permite compreender a leitura para além de sua função exclusivamente escolar. Na perspectiva das políticas públicas, essa compreensão também se relaciona à necessidade de assegurar o acesso à literatura e aos bens culturais a grupos que historicamente encontram maiores barreiras para sua fruição (Ribeiro; Zuin, 2025).

É nesse contexto de desigualdades históricas que as políticas públicas de livro e leitura ganham importância como instrumentos de democratização do acesso à cultura escrita. A discussão sobre essas políticas envolve a articulação entre educação, cultura, bibliotecas, formação de leitores, produção editorial e participação social, ultrapassando ações isoladas de incentivo à leitura (Camillo e Castro Filho, 2022). A necessidade de organizar essas ações em âmbito nacional também decorre da compreensão de que o acesso ao livro e à leitura depende de estruturas públicas capazes de garantir continuidade, alcance territorial e redução das desigualdades (Pedersoli; Silva; Valentim, 2024).

No Brasil, esse processo ganha caráter institucional com a criação da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituída pela Lei nº 13.696/2018 como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público. A legislação estabelece como objetivos democratizar o

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

acesso ao livro e aos diferentes suportes de leitura, ampliar acervos físicos e digitais, fortalecer a formação de mediadores, valorizar a leitura por meio de campanhas e ações culturais, incentivar a criação de planos estaduais, distrital e municipais e ampliar as capacidades de criação cultural e de compreensão leitora (Brasil, 2018). A política também determina que sua implementação ocorra de forma cooperativa entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com participação da sociedade civil e de instituições privadas (Brasil, 2018).

A regulamentação da PNLE pelo Decreto nº 12.166/2024 organiza sua implementação e estabelece que a política deve articular-se ao Plano Nacional de Cultura, ao Plano Nacional de Educação, à Política Nacional do Livro, ao Programa Nacional de Incentivo à Leitura e ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Brasil, 2024). O decreto também define que o Plano Nacional do Livro e Leitura deve possuir duração de dez anos e reunir metas, linhas de ação e ações necessárias à concretização dos objetivos da política, estruturando-se em quatro eixos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico; e fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro (Brasil, 2024).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, realizada nos meses de julho e agosto de 2026. A revisão integrativa possibilita reunir, analisar e sintetizar diferentes produções científicas sobre determinado fenômeno, favorecendo uma compreensão ampliada do conhecimento disponível e das diferentes perspectivas presentes na literatura (Whittemore; Knafl, 2005). O caráter exploratório-descritivo permite maior aproximação com o objeto investigado e a organização das evidências identificadas na produção científica (Gil, 2017).

A pergunta norteadora foi definida da seguinte forma: Como as políticas públicas de livro e leitura, especialmente o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), contribuem para a democratização do acesso à leitura no Brasil e quais desafios interferem na formação de leitores e na efetivação desse direito?

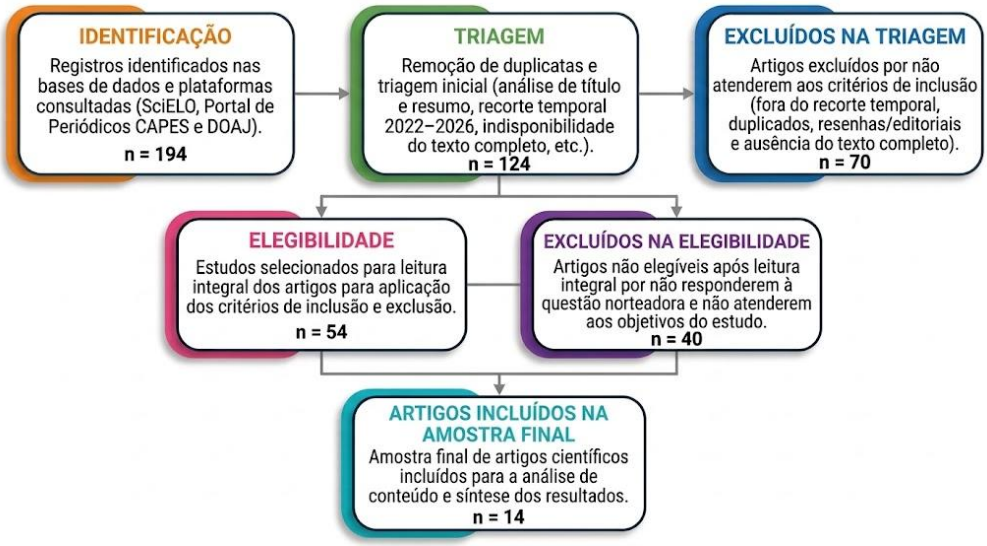
ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

A busca foi realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Directory of Open Access Journals (DOAJ). Foram utilizados descritores e termos relacionados ao objeto de estudo, incluindo “Plano Nacional do Livro e Leitura”, “PNLL”, “políticas públicas de leitura”, “democratização da leitura”, “acesso à leitura”, “formação de leitores” e “bibliotecas”, combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, conforme as possibilidades de busca de cada fonte consultada.

Foram considerados artigos científicos publicados entre 2022 e 2026, disponíveis integralmente e relacionados diretamente à temática das políticas públicas de livro e leitura, democratização do acesso à leitura, formação de leitores, bibliotecas e Plano Nacional do Livro e Leitura. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos sem relação direta com o objeto investigado, resenhas, editoriais, cartas ao editor, dissertações, teses e produções que não apresentassem contribuição compatível com a questão norteadora e os objetivos da pesquisa.

A seleção dos estudos ocorreu em etapas sucessivas, iniciando-se pela identificação das publicações nas bases consultadas, seguida da remoção das duplicidades, análise dos títulos e resumos e leitura integral dos trabalhos potencialmente elegíveis. Posteriormente, foram excluídos os estudos que não apresentavam correspondência suficiente com a questão norteadora e os objetivos da pesquisa, resultando em uma amostra final de 14 artigos científicos, conforme observa-se na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de seleção dos estudos incluídos no estudo.



ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

Fonte: Autoria própria (2026).

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a organização dos dados, foram considerados autoria, ano de publicação, título, objetivo e os resultados, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Síntese dos estudos selecionados

Autor(es)/ Ano	Título	Objetivo	Resultados
Camillo; Castro Filho (2022)	*Políticas públicas do livro e leitura: um conceito em aberto*	Apresentar um conceito inicial para políticas públicas do livro e leitura, a partir da análise de políticas de países latino-americanos.	As políticas de livro e leitura constituem instrumentos públicos voltados à resolução de problemas relacionados à educação e à cultura, com ênfase na promoção da leitura, inclusão social e dimensões culturais e econômicas.
Camillo (2024)	*Social sustainability and reading promotion: linkages between public policies and quality education in Brazil*	Analisar em que medida o PNLL e a PNLE se relacionam ao ODS 4, referente à educação de qualidade, sob a perspectiva da sustentabilidade social.	As políticas analisadas apresentam relação direta com apenas três das dez metas do ODS 4. O estudo identifica potencial das políticas de leitura para a educação de qualidade, mas aponta a necessidade de ampliar sua articulação com as demais metas do ODS 4.
Ferreira; Martins (2022)	*Políticas públicas de bibliotecas, leitura e escrita no Brasil: desmobilização e resistência em*	Discutir o papel das políticas de bibliotecas, leitura e informação na construção de sujeitos políticos e na	Identifica a desarticulação do PNLL e a descontinuidade das políticas de leitura, associando esse processo às dificuldades de acesso à informação e aos serviços de bibliotecas públicas.

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

	tempos sombrios	consolidação democrática.	
França (2022)	*Formação de leitores: caminhos e descaminhos de políticas públicas de fomento à leitura*	Analisar criticamente os principais programas nacionais de fomento à leitura desenvolvidos entre 1984 e 2020.	Evidencia a necessidade de políticas de leitura em larga escala, com maior atenção à formação continuada de professores e estudantes e à aproximação das ações com escolas, bibliotecas comunitárias e outros espaços coletivos.
Mezacasa; Ramos; Marangoni (2025)	*Tratamento da literatura em documentos normativos do PNLD literário 2023*	Analisar como a literatura é tratada nos documentos normativos relacionados ao PNLD Literário 2023.	A análise indica que a literatura tende a assumir uma função mais instrumental dentro do programa, especialmente associada à alfabetização, reduzindo parte de suas dimensões artísticas e educativas.
Moreira; Vieira (2026)	*As políticas públicas de incentivo à leitura e à leitura literária no Brasil*	Analisar historicamente o desenvolvimento das políticas públicas de leitura no Brasil e suas relações com Estado, educação e leitura literária.	Evidencia a permanência de desigualdades sociais, censura e descontinuidade das políticas. Embora programas tenham ampliado o acesso ao livro, a formação de leitores ainda enfrenta desafios relacionados à valorização da literatura, à formação de mediadores e à continuidade das políticas.
Pedersoli; Silva; Valentim (2024)	*Livro e leitura no Brasil: desenvolvimento de políticas de ciência, tecnologia e inovação*	Discutir as políticas de ciência, tecnologia e inovação relacionadas ao livro e à leitura diante das dificuldades do mercado editorial brasileiro.	A discussão evidencia a necessidade de políticas articuladas que considerem o livro e a leitura como elementos estratégicos, relacionando sua promoção às políticas públicas, à inovação e aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

Ramos (2025)	*Políticas públicas e a promoção da leitura: o papel da formação continuada de professores*	Analisar o impacto das políticas educacionais na formação de professores para a mediação da leitura literária e no desenvolvimento do leitor.	A análise reforça a importância da formação continuada para preparar professores para a mediação da leitura e identifica desafios relacionados às políticas públicas e às práticas de leitura no contexto escolar.
Ribeiro; Zuin (2025)	*Literatura e educação: políticas públicas de livro e leitura na Amazônia paraense para uma formação humanizadora*	Relacionar o acesso ao livro, à leitura e à literatura ao desenvolvimento humano e analisar a atuação das políticas públicas no contexto amazônico.	A discussão sustenta a leitura e a literatura como elementos importantes para uma formação humanizadora e destaca a necessidade de considerar as especificidades territoriais da Amazônia na implementação das políticas de livro e leitura.
Sales; Paes (2025)	*A biblioteca escolar como espaço de democratização do acesso à leitura literária*	Discutir a importância da leitura literária, o papel da escola na garantia do direito à literatura e a biblioteca escolar como espaço fundamental de formação.	Defende a biblioteca escolar e o bibliotecário como elementos fundamentais para garantir o acesso à literatura e fortalecer a formação leitora, especialmente diante do enfraquecimento desses espaços no contexto escolar.
Santos; Gonçalves (2023)	*Panoramas e políticas públicas de leitura no Brasil: avanços e retrocessos no século XXI*	Refletir sobre iniciativas de fomento à leitura, programas e políticas públicas voltadas ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas.	Identifica avanços na construção de políticas de leitura, mas também retrocessos e processos de desmonte, especialmente no período de 2019 a 2022, evidenciando a fragilidade da continuidade das políticas públicas.
Silva Neto; Costa;	*Brasil e Portugal: políticas*	Analisar as práticas leitoras brasileiras e	O estudo identifica 48% de não leitores no Brasil e conclui que o

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

Balça (2024)	*públicas de incentivo à leitura*	relacioná-las à trajetória do PNLL, estabelecendo também aproximações com o Plano Nacional de Leitura de Portugal.	PNLL ainda não se consolidou como política permanente de Estado, indicando a necessidade de políticas mais consistentes de estímulo à leitura e acesso ao livro.
Souza e Souza *et al.* (2025)	*Políticas públicas de fomento à leitura: competências e ações das diferentes esferas governamentais*	Delimitar, com base na literatura sobre políticas públicas, as competências e ações das diferentes esferas governamentais no fomento à leitura.	A discussão evidencia a necessidade de articulação entre as diferentes esferas governamentais para a formulação e implementação de ações de incentivo à leitura.
Souza; Pereira (2025)	*Papel social das editoras privadas brasileiras no processo de democratização do acesso ao livro*	Investigar em que medida as publicações acadêmicas relacionam as editoras privadas à responsabilidade social pela democratização do acesso ao livro.	Identifica ausência de suporte suficiente às políticas públicas de livro e leitura, poucas pesquisas sobre a responsabilidade social das editoras privadas e pouca articulação entre políticas de leitura e sentimento de pertencimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

4.1 Políticas públicas de leitura e democratização do acesso

Foram selecionados quatorze estudos que convergem na compreensão de que a democratização do livro e da leitura depende de políticas públicas contínuas e articuladas. Camillo e Castro Filho (2022) relacionam essas políticas à inclusão e ao desenvolvimento educacional e cultural, enquanto Pedersoli, Silva e Valentim (2024) as aproximam das transformações na produção, circulação e acesso ao conhecimento. Assim, a democratização ultrapassa a simples distribuição de livros e envolve acesso, bibliotecas, formação e participação cultural.

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

A continuidade das ações públicas é fundamental para produzir resultados duradouros. Ferreira e Martins (2022) relacionam a desarticulação das políticas de bibliotecas à fragilização das ações de leitura, enquanto Santos e Gonçalves (2023) identificam avanços acompanhados de retrocessos e descontinuidades. Silva Neto, Costa e Balça (2024) acrescentam que o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) ainda enfrenta dificuldades para se consolidar como política permanente de Estado. Esses resultados indicam que a democratização depende não apenas da criação de programas, mas também de continuidade administrativa, financiamento e articulação entre os diferentes níveis de governo.

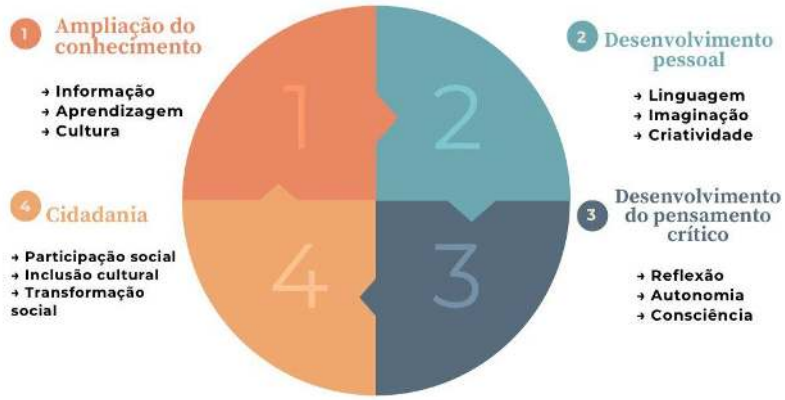
As desigualdades de acesso permanecem como outro desafio. Moreira e Vieira (2026) associam as iniciativas de incentivo à leitura à permanência de barreiras estruturais na formação de leitores e na valorização da literatura. Camillo (2024) relaciona a promoção da leitura à sustentabilidade social e à qualidade da educação, indicando que o acesso aos bens culturais também contribui para a redução das desigualdades. Dessa forma, democratizar a leitura significa garantir não apenas a chegada do livro aos territórios, mas também condições para seu acesso, circulação e apropriação.

A dimensão territorial reforça essa necessidade. Sales e Paes (2025) situam a biblioteca escolar como espaço relevante para a democratização da leitura literária, enquanto Ribeiro e Zuin (2025) destacam a importância de considerar as especificidades sociais e territoriais da Amazônia. A universalização do acesso, portanto, requer estruturas adequadas às diferentes realidades, considerando infraestrutura, acervos e condições de mediação.

Nesse sentido, a democratização do acesso à leitura não se limita à disponibilidade de livros, mas envolve diferentes dimensões relacionadas ao desenvolvimento dos sujeitos e à participação social. Entre essas dimensões, destacam-se a ampliação do conhecimento, o desenvolvimento pessoal, o pensamento crítico e o exercício da cidadania, conforme sintetizado na Figura 2.

Figura 2 – Dimensões da leitura para o desenvolvimento e a cidadania

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637



Nota: Imagem produzida em 26 de agosto de 2026, utilizando o software Canva.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

4.2 Formação de leitores, mediação e desafios para a efetivação do PNLL

A formação de leitores é essencial para a democratização da leitura. França (2022) relaciona a continuidade das políticas de fomento à presença da leitura nas escolas, bibliotecas e espaços coletivos, enquanto Ramos (2025) destaca a importância da formação continuada dos professores. Assim, a disponibilidade de livros precisa estar acompanhada de profissionais preparados para mediar a leitura e favorecer sua apropriação.

Mezacasa, Ramos e Marangoni (2025) identificam, nos documentos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), a valorização de finalidades pedagógicas, o que pode aproximar a literatura de uma função instrumental. A formação leitora, contudo, também precisa contemplar experiências estéticas, culturais e sociais, preservando a literatura como manifestação artística.

A implementação das políticas depende da articulação entre diferentes agentes. Souza, Sousa, Nascimento e Carvalho (2025) relacionam a promoção da leitura à atuação conjunta dos diferentes níveis governamentais, enquanto Souza e Pereira (2025) destacam a participação das editoras na cadeia de acesso ao livro. Dessa forma, a formação leitora envolve poder público, escolas, bibliotecas, professores, setor editorial e sociedade.

As desigualdades sociais e territoriais também interferem nesse processo. Ribeiro e Zuin (2025) ressaltam a importância de considerar as realidades locais, enquanto Moreira e Vieira (2026) relacionam a formação leitora às desigualdades que

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

permanecem no país. Por isso, a democratização exige estratégias capazes de atender territórios e grupos que enfrentam maiores dificuldades de acesso aos livros, às bibliotecas e às práticas de leitura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem como intuito analisar o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) como estratégia para a democratização do acesso à leitura no Brasil, considerando suas diretrizes, contribuições e desafios. Os resultados indicam que o PNLL articula diferentes dimensões da política de leitura, envolvendo ampliação do acesso aos livros, fortalecimento das bibliotecas, formação de leitores e mediadores, valorização da leitura e fortalecimento da cadeia do livro. A análise também evidencia que a existência de políticas e programas não garante, isoladamente, a democratização da leitura, pois sua efetividade depende de continuidade institucional, financiamento, articulação entre os diferentes níveis de governo e adequação às diferentes realidades sociais e territoriais.

Nesse contexto, o PNLL apresenta uma estrutura ampliada de atuação e estabelece metas relacionadas à expansão e modernização de bibliotecas, à criação de espaços de leitura, à formação de leitores e mediadores, à valorização da leitura e ao fortalecimento da cadeia criativa e produtiva do livro. Essas diretrizes reforçam a necessidade de transformar o acesso ao livro em oportunidades concretas de leitura e participação cultural.

Apesar desses avanços, permanecem desafios relacionados às desigualdades sociais e territoriais, à distribuição dos equipamentos culturais, à formação de professores e mediadores, à continuidade das ações públicas e à articulação entre educação e cultura. A efetivação do PNLL exige, portanto, ações permanentes que considerem as especificidades dos diferentes grupos e territórios e garantam condições para que o acesso aos livros se converta em práticas efetivas de leitura.

Como recomendações, destacam-se o fortalecimento da cooperação entre União, estados e municípios, a ampliação dos investimentos em bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, a formação continuada de professores, bibliotecários e mediadores de leitura e o desenvolvimento de ações específicas para territórios socialmente vulneráveis. Também se recomenda o acompanhamento sistemático de

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

indicadores relacionados ao acesso aos livros, às bibliotecas e às práticas de leitura, de modo que os resultados orientem o aperfeiçoamento das políticas públicas. Destaca-se a necessidade de ampliar pesquisas sobre a implementação do PNLL nos estados e municípios, especialmente em territórios periféricos, rurais, indígenas, quilombolas e amazônicos.

Conclui-se que o PNLL constitui uma estratégia relevante para a democratização da leitura, mas sua efetividade depende das condições concretas de implementação das ações previstas. Democratizar a leitura significa garantir não apenas a oferta de livros, mas também acesso a bibliotecas, espaços de leitura, mediação qualificada e oportunidades de participação cultural. A consolidação de uma sociedade leitora depende, portanto, da continuidade das políticas públicas, da articulação institucional e do reconhecimento da leitura como direito cultural, educacional e social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024**. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 set. 2024.

ABREU, M. (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP, 2002.

BRASIL**. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024**. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº no 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 set. 2024.

BRASIL**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2018.

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação. **Portaria Interministerial MinC/MEC nº 12, de 23 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL 2026–2036 e suas metas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2026.

CAMILLO, E. S. Social sustainability and reading promotion: linkages between public policies and quality education in Brazil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-135828, 2024.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. de. Políticas públicas do livro e leitura: um conceito em aberto. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 145-166, 2022.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DARNTON, R. História da leitura. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1989. p. 199-236.

FERREIRA, M. M.; MARTINS, C. W. Políticas públicas de bibliotecas, leitura e escrita no Brasil: desmobilização e resistência em tempos sombrios. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, número especial, p. 546-563, 2022.

FRANÇA, S. G. L. Formação de leitores: caminhos e descaminhos de políticas públicas de fomento à leitura. **Diálogos e Diversidade**, Salvador, 2022.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

MEZACASA, L. B.; RAMOS, F. B.; MARANGONI, M. C. T. Tratamento da literatura em documentos normativos do PNLD literário 2023. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 50, n. 97, 2025.

MOREIRA, A. S.; VIEIRA, M. S. P. As políticas públicas de incentivo à leitura e à leitura literária no Brasil. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 41, n. 1, 2026.

ISBN: 978-65-831-2123-3 DOI DO LIVRO: 10.29327/5944637

NETO, J. A. S.; MOREIRA, M.; STEINDEL, G. E. Plano Nacional do Livro e Leitura: diretrizes para uma educação emancipatória. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 24, n. 1, p. 1-18, 2022.

PEDERSOLI, A. C. L.; SILVA, E.; VALENTIM, M. L. P. Livro e leitura no Brasil: desenvolvimento de políticas de ciência, tecnologia e inovação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 3, 2024.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RAMOS, V. Políticas públicas e a promoção da leitura: o papel da formação continuada de professores. **Revista Científica Sêbê Non Linguagens**, v. 1, 2025.

RIBEIRO, S. H. C.; ZUIN, A. Literatura e educação: políticas públicas de livro e leitura na Amazônia paraense para uma formação humanizadora. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 6, 2025.

SALES, C. N. O.; PAES, M. M. A biblioteca escolar como espaço de democratização do acesso à leitura literária. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória**, v. 1, n. 23, p. 1-14, 2025.

SANTOS, B. B. L.; GONÇALVES, L. S. M. Panoramas e políticas públicas de leitura no Brasil: avanços e retrocessos no século XXI. **Revista Crioula**, São Paulo, 2023.

SILVA NETO, A. A.; COSTA, P. J. L.; BALÇA, Â. M. F. M. C. P. Brasil e Portugal: políticas públicas de incentivo à leitura. **Devir Educação**, v. 8, n. 1, 2024.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, J. M. S. *et al.* Políticas públicas de fomento à leitura. **Revista Aval**, v. 12, n. 26, 2025.

SOUZA, S. R.; PEREIRA, D. Papel social das editoras privadas brasileiras no processo de democratização do acesso ao livro. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 21, n. 3, 2025.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.